



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MSP - POLÍCIA FEDERAL  
SERVIÇO DE COMPRAS - SECOM/DICON/COAD/DLOG/PF

EDITAL Nº DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2018/2018-SECOM/DICON/COAD/DLOG/PF

Processo nº 08200.011649/2018-49

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Polícia Federal, por meio da Coordenação de Administração, e por seu Ordenador de Despesas, com a competência que lhe confere a Portaria nº 8.198-DG/DPF, de 22 de março de 2018, publicada no Boletim de Serviço nº 057, de 23 de março de 2018, sediado no Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Lotes 09/10, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.037-900, realizará CHAMAMENTO PÚBLICO de empresas para credenciamento voltado à prestação de serviço de locação de imóvel para abrigar unidades centrais da Polícia Federal, conforme consta nos autos do processo nº 08200.011649/2018-49, nas condições abaixo especificadas:

1. **DO OBJETO**

1.1. Prospecção do mercado imobiliário em Brasília/DF, visando uma futura locação de imóvel, com área útil de expediente em torno de 15.000 m², para abrigar Unidades da Polícia Federal (CGCI, CGCSP, INI e SES) e Edifício-Sede que demandam relocação, mediante coleta de manifestações de interesse que atendam aos requisitos mínimos especificados neste Edital.

1.2. O imóvel precisará estar concluído ou em fase final de construção, devendo ser entregue, conforme condições exigidas **no ANEXO I**, caso a proposta seja aceita pela PF.

2. **DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E ABERTURA DAS PROPOSTAS**

2.1. **LOCAL:** O(s) envelope(s) lacrado(s) e identificado(s) contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação deverão ser entregues pessoalmente ou pelos Correios no endereço: Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Lotes 09/10, 1º andar, sala 110, CEP 70.037-900, Edifício Sede da Polícia Federal, Brasília – DF.

2.2. **PRAZO:** O prazo para entrega das propostas e documentos de habilitação será de 15 dias corridos, a partir da data de publicação deste Edital.

2.3. **HORÁRIO:** Das 09h00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 (horário de Brasília-DF).

2.4. **FORMA:** Os documentos exigidos neste Edital poderão ser entregues em original, autenticados nos termos do edital ou por qualquer processo de cópia, desde que perfeitamente legíveis.

2.5. **ANÁLISE DAS PROPOSTAS:** as propostas serão analisadas conforme parâmetros estabelecidos no Projeto Básico anexo ao Edital.

2.6. **ELEIÇÃO DO IMÓVEL:** O presente Edital não implica em obrigatoriedade de locação do imóvel ou de aceite de quaisquer das propostas apresentadas, reservando-se a DLOG/PF o direito de optar pelo imóvel que melhor atender às necessidades do órgão, de acordo com as especificações mínimas contidas neste Edital e seus anexos.

2.7. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XX/2018  
**ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS**  
**RAZÃO SOCIAL:**  
**CNPJ Nº:**

### **3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame pessoas físicas ou jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto da consulta e que atendam às condições exigidas neste Edital e seus Anexos.

3.2. Não poderão participar deste certame:

3.2.1. Interessados que se encontrem com falência decretada, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução e liquidação;

3.2.2. Interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com a sanção de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Polícia Federal;

3.2.3. Impedidas de licitar, contratar e transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de suas entidades descentralizadas;

3.2.4. Estiver irregular quanto à comprovação de quitação de tributos federais, estaduais, municipais ou distritais, considerados a sede ou o principal estabelecimento da proponente.

### **4. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

4.1. Os atos formais realizados em nome dos participantes interessados deverão ser praticados por representantes legais que, devidamente credenciados, serão os únicos admitidos a intervir nas fases do procedimento de seleção e a responder pelos atos e efeitos previstos neste Edital.

4.2. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma pessoa física ou jurídica.

### **5. DA PROPOSTA**

5.1. Na proposta deverá constar os valores tanto da locação quanto da taxa condominial, se houver, expressos em moeda corrente nacional em seu valor unitário, por metro quadrado, multiplicado pela totalidade dessa metragem. O valor do aluguel corresponde ao período de 60 (sessenta) meses, prazo da locação. Serão discriminados, de maneira detalhada, os demais custos incidentes sobre o imóvel, como impostos e taxas, inclusive a condominial, com demonstrativo especificando as despesas que a compõe.

5.2. A Proposta deverá ainda estar acompanhada de cópias autenticadas do Título de Propriedade do Imóvel – Escritura Pública, Certidão de Ônus Reais – Expedida pelo Cartório de Registro Geral de Imóveis (RGI), Cópia da Carteira de Identidade e CPF, se pessoa física, ou Cópia do Contrato Social e CNPJ/MF, se pessoa jurídica.

5.3. Deverão ser computados, no valor mensal do aluguel, todos os custos necessários para a realização do objeto desta locação, bem como os impostos, contribuições sociais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, garantias, taxas, emolumentos, seguros, exigências de adequações previstas nesta convocação e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o contrato.

5.4. A proposta deverá indicar o prazo para a entrega das chaves.

5.5. O imóvel deverá estar concluído em condições de operação e adequado aos padrões exigidos neste instrumento no momento da entrega das chaves.

5.6. A proposta deverá estar assinada pelo proprietário ou seu representante legal, desde que possua poderes para tal.

5.7. Não serão admitidos custos adicionais a qualquer título, como comissões ou taxas de corretagem ou de adequação do imóvel.

5.8. O valor final a ser contratado sujeitar-se-á à homologação da avaliação de mercado a ser empreendida nos termos da Orientação Normativa GEADE-001/2014, da Secretaria de Patrimônio da União.

5.9. Convenção e taxa condominial proporcional à área a ser locada, contendo a descrição das obrigações e prestações devidas pelo condomínio, em caso de constituição.

5.10. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta de preço acarretará, necessariamente, a aceitação total das condições previstas neste Instrumento Convocatório e seus Anexos.

5.11. A proposta deverá ter validade de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias. Não havendo indicação, será considerada como tal.

5.12. A Comissão poderá, ainda, solicitar aos licitantes a apresentação de informações complementares acerca da proposta.

## **6. DA HABILITAÇÃO**

6.1. As empresas interessadas em se credenciar, deverão apresentar os seguintes documentos:

6.1.1. Descrição do imóvel, contendo endereço completo;

6.1.2. A descrição das instalações existentes;

6.1.3. Área útil de expediente e área total do imóvel;

6.1.4. Especificações técnicas do imóvel em função do Chamamento e do Projeto Básico, observado o previsto no **ANEXO I**, com apresentação de Memorial Descritivo, fotos do imóvel (fachada, laterais e internas);

6.1.5. Data para entrega do imóvel, com as adaptações necessárias, obedecendo os prazos estabelecidos no **ANEXO I**;

6.1.6. Identificação dos proprietários e seus procuradores, incluindo telefone e e-mail;

6.1.7. Declaração do proprietário informando que o imóvel ofertado não possui histórico de alagamento/inundação;

6.2. Deverá constar também o Termo de Credenciamento (modelo no **ANEXO II**).

6.3. Declaração de quitação das últimas contas de energia elétrica, água, esgoto do referido imóvel e taxas condominiais, se for o caso, e ainda:

6.3.1. Certidão de quitação do IPTU/taxas imobiliárias;

6.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

6.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal do domicílio ou sede do licitante;

6.3.4. Cópia do contrato de prestação de serviços com empresa imobiliária, se for o caso;

**6.4. Não serão aceitas propostas de empresas que estejam incluídas, como inidôneas, em um dos cadastros abaixo:**

6.4.1. Cadastro Nacional de empresas inidôneas e suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

6.4.2. Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/responsabilizacao/arquivos/Inidoneos.html>);

6.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

6.4.4. Cadastro Informativo de Débitos não Quitados - CADIN, de que trata a Lei nº 10.522/2002;

**6.5. Deverão ser apresentados os seguintes documentos, no que couber:**

6.5.1. Cópia autenticada da Carta de Habite-se;

6.5.2. Cópia autenticada do Registro de Imóveis;

6.5.3. Documentação relativa ao proprietário do imóvel (pessoa jurídica ou física), constante dos art. 28 e 29 da Lei 8.666/1993, no que couber;

6.5.4. Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de sua Habilitação, conforme regulamentação constante da IN/MARE nº 05/95, com alterações da IN/MARE nº 09/96, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante, nos termos do modelo constante no **ANEXO V** deste Edital;

6.5.5. Declaração de que a empresa não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo decreto nº 4.358/2002, nos termos do modelo constante no **ANEXO VI** deste Edital;

6.5.6. Declaração de que a empresa licitante não está sob pena de interdição temporária de direitos de que trata o art. 10 da Lei nº 9.605/98, de acordo com o **ANEXO VII** deste Edital;

6.5.7. Declaração atestando que não há, acerca do imóvel, qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação;

6.6. A critério da Comissão, poderão ser solicitadas aos licitantes a apresentação de informações complementares acerca da proposta;

6.7. A verificação de documentos de habilitação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

## **7. DA VIGÊNCIA DO EDITAL DE CHAMAMENTO**

7.1. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por 180 dias, observado o interesse público e os princípios gerais da Administração Pública, podendo a Polícia Federal, a seu critério, sub-rogar os Termos de Credenciamento posteriormente ou realizar nova chamada de credenciamento.

7.2. Qualquer pessoa jurídica que se enquadre nos serviços elencados neste Edital durante o prazo de vigência, desde que cumpra os requisitos previstos no instrumento, pode solicitar seu credenciamento.

## **8. DO DESCREDENCIAMENTO**

8.1. O presente Credenciamento tem caráter precário. A qualquer momento, a empresa credenciada poderá solicitar descredenciamento, caso não tenha mais interesse. Ademais, a empresa credenciada ou a Administração podem denunciar o credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital ou na legislação pertinente.

8.2. A empresa credenciada que desejar iniciar o procedimento de descredenciamento deverá solicitá-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

8.3. A Administração pode, a qualquer momento, realizar o descredenciamento se a empresa credenciada deixar de executar qualquer trabalho após o recebimento de mensagem de solicitação encaminhada pela Polícia Federal.

8.4. Fica facultada a apresentação de defesa prévia pela empresa a ser descredenciada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação de descredenciamento.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância das especificações de sua proposta.

9.2. Não ceder, transferir, sublocar ou emprestar o imóvel, ressalvada a cessão parcial, nos termos do Decreto 3.725 de 2001 (Parecer PGFN/CJU/COJLC nº 1727/2011), sem autorização expressa do LOCATÁRIO, salvo nas hipóteses previstas no artigo 12 do Decreto n. 3.725/2001.

- 9.3. O LOCADOR deverá efetuar as manutenções corretivas relacionadas ao edifício, quando decorrentes de seu processo construtivo e dos materiais empregados, bem como as decorrentes de eventuais vícios ou defeitos que venham a ser encontrados no edifício, em conformidade com a Lei 8.245/91 (Lei do inquilinato).
- 9.4. Fornecer declaração atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento de ordem jurídica ou administrativa capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte do LOCATÁRIO.
- 9.5. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel.
- 9.6. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel.
- 9.7. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação.
- 9.8. Auxiliar o LOCATÁRIO na descrição minuciosa do estado do imóvel quando da realização da vistoria.
- 9.9. Fornecer ao LOCATÁRIO recibo discriminando as importâncias pagas, vedada a quitação genérica.
- 9.10. Pagar as taxas de administração imobiliária, se houver, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente.
- 9.11. Pagar as despesas extraordinárias de condomínio, entendidas como aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros de manutenção do edifício, como por exemplo:
- 9.11.1. Obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel;
- 9.11.2. Pintura das fachadas, empenas, poços de aeração e iluminação, bem como das esquadrias
- 9.11.3. Obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do edifício;
- 9.11.4. Indenizações trabalhistas e previdenciárias pela dispensa de empregados, ocorridas em data anterior ao início da locação;
- 9.11.5. Instalação de equipamento de segurança, de incêndio, de telefonia e de intercomunicação;
- 9.11.6. Despesas de decoração e paisagismo nas partes de uso comum;
- 9.11.7. Constituição de fundo de reserva, e reposição deste, quando utilizado para cobertura de despesas extraordinárias.
- 9.12. Entregar e manter em perfeito estado de funcionamento, ao longo de toda a vigência da locação, com manutenções preventivas e corretivas periódicas – a serem prestadas nos termos dos manuais produzidos pelos respectivos fabricantes – os sistemas de automação predial, elevadores, CFTV e controle de acesso, condicionadores de ar, prevenção a incêndio, rede lógica, pontos de telefonia, o sistema hidráulico, a rede elétrica e demais equipamentos que compõem o rol de atividades a serem executadas pelo LOCADOR.
- 9.13. Assumir, quanto a quaisquer serviços indicados nesta Cláusula, integral e exclusiva responsabilidade por obrigações civis, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- 9.14. Responder por condutas de seus prestadores de serviços e/ou fornecedores que se configurem em constrangimentos de qualquer espécie para o LOCATÁRIO e/ou pessoas vinculadas ao LOCATÁRIO e/ou em comportamentos não condizentes.
- 9.15. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo inicial de contratação.
- 9.16. Pagar o prêmio de seguro complementar contrafogo.
- 9.17. Providenciar a atualização do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e o pagamento do prêmio de seguro complementar contrafogo, caso ocorra um sinistro dessa natureza.
- 9.18. Informar ao LOCATÁRIO quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente.

## 10. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- 10.1. Pagar o aluguel e os encargos da locação exigíveis, no prazo estipulado no Termo de Contrato.
- 10.2. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse.
- 10.3. Realizar vistoria do imóvel, antes da entrega das chaves, para fins de verificação minuciosa do seu estado, fazendo constar no Termo de Vistoria os eventuais defeitos existentes.
- 10.4. Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conforme documento de descrição minuciosa, elaborado quando da vistoria inicial, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal.
- 10.5. Comunicar ao LOCADOR qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros.
- 10.6. Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do LOCADOR, sendo assegurado ao LOCATÁRIO o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.245, de 1991.
- 10.7. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados.
- 10.8. Não modificar a forma externa ou interna do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR.
- 10.9. Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada ao LOCATÁRIO.
- 10.10. Pagar as despesas ordinárias de condomínio, entendidas como aquelas necessárias à sua administração, como:
  - 10.10.1. salários, encargos trabalhistas, contribuições previdenciárias e sociais dos empregados do condomínio;
  - 10.10.2. consumo de água e esgoto, gás, luz e força das áreas de uso comum;
  - 10.10.3. limpeza, conservação e pintura das instalações e dependências de uso comum;
  - 10.10.4. manutenção e conservação das instalações e equipamentos hidráulicos, elétricos, mecânicos e de segurança, de uso comum;
  - 10.10.5. manutenção e conservação de elevadores, porteiro eletrônico e antenas coletivas;
  - 10.10.6. pequenos reparos nas dependências e instalações elétricas e hidráulicas de uso comum;
  - 10.10.7. rateios de saldo devedor, salvo se referentes a período anterior ao início da locação;
  - 10.10.8. reposição do fundo de reserva, total ou parcialmente utilizado no custeio ou complementação de despesas ordinárias, salvo se referentes a período anterior ao início da locação.
- 10.11. A LOCATÁRIA somente ficará obrigada ao pagamento das despesas ordinárias de condomínio caso sejam comprovadas a previsão orçamentária e o rateio mensal, podendo exigir a qualquer tempo tal comprovação.
- 10.12. Pagar as despesas de telefone e de consumo de energia elétrica, gás (se houver), água e esgoto.
- 10.13. Permitir a vistoria do imóvel pela LOCADORA ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei nº 8.245, de 1991;
- 10.14. Cumprir integralmente a convenção de condomínio e os regulamentos internos.

## 11. **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

11.1. Em caso de somente um imóvel atender às necessidades da Administração, será constatada a inviabilidade de competição, o que permitirá a contratação direta por inexigibilidade com fundamento no art. 25, caput, da Lei n.º 8.666/93; e se após o chamamento público forem encontrados dois ou mais imóveis, é possível a realização de licitação ou, caso cumpridos os requisitos estampados no art. 24, X, da Lei n.º 8.666/93, poderá haver a contratação direta por dispensa licitatória.

## **12. DA LOCAÇÃO DO IMÓVEL E DA FISCALIZAÇÃO**

12.1. Os critérios da locação do imóvel e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico anexo ao Edital.

## **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

13.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas ensejará o descredenciamento da contratada.

## **14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

14.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital de Credenciamento mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico: [cpl.coad@dpf.gov.br](mailto:cpl.coad@dpf.gov.br), ou registrada no Setor de Protocolo do Edifício Sede da Polícia Federal, em Brasília/DF.

14.2. Caberá à Comissão de Credenciamento decidir sobre a petição no prazo de até 3 (três) dias úteis.

14.3. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a retificação desse procedimento.

## **15. DA RESCISÃO**

15.1. O credenciamento poderá ser denunciado por qualquer das partes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Aplicam-se ao presente Credenciamento a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e demais normas legais pertinentes.

16.2. As propostas apresentadas serão submetidas à Comissão de Avaliação para emissão de parecer e laudo de avaliação individualizado. Em seguida, as propostas serão submetidas à decisão da administração da Polícia Federal.

16.3. Após atendimento das exigências do Chamamento Público, o imóvel será avaliado sobre a adequação do valor do aluguel ao preço de mercado.

16.4. o Chamamento Público tem por objetivo realizar uma prospecção do mercado imobiliário e não implica obrigatoriedade de locação do imóvel ou de aceite de quaisquer das propostas apresentadas.

16.5. Os casos omissos porventura existentes serão resolvidos pela Comissão de Credenciamento em conformidade com a legislação vigente.

16.6. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.policiafederal.gov.br> > Serviços > Licitações > Licitações 2018 > Distrito Federal > Órgãos Centrais > DLOG > Chamamento Público, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço: Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Lotes 09/10 – 1º andar, sala 110, CEP 70.037-900, Edifício Sede da Polícia Federal, Brasília – DF, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 17:00 horas, mesmo endereço e período nos quais o arquivo eletrônico do processo administrativo poderá ser disponibilizado aos interessados, desde que os interessados forneçam mídia compatível para a transferência dos documentos.

16.7. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos

ANEXO I – Projeto Básico;

ANEXO II – Minuta de Termo de Credenciamento;

ANEXO III - Modelo de Carta Proposta;

ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO V - Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação;

ANEXO VI - Declaração de que a empresa não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores;

ANEXO VII - Declaração de que a empresa licitante não está sob pena de interdição temporária de direitos;

**FABRÍCIO SCHOMMER KERBER**

Delegado de Polícia Federal  
Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **FABRÍCIO SCHOMMER KERBER, Ordenador de Despesa**, em 31/08/2018, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8065669** e o código CRC **FDF95F92**.